

DESAFIOS DO ENSINO DO LATIM ONTEM E HOJE: HISTORICIDADE, MÉTODOS E UMA ANÁLISE DO *CURRICULUM* NO CURSO DE LETRAS (LÍNGUA PORTUGUESA) DA UFPB

CHALLENGES IN TEACHING LATIN YESTERDAY AND TODAY: HISTORICITY, MATERIALS AND AN ANALYSIS OF THE CURRICULUM IN THE UFPB LETTERS (LANGUAGE PORTUGUESE) COURSE

Michelle Bianca Santos Dantas¹

Josefa Caroline Xavier da Silva²

RESUMO

Neste trabalho, abordamos as mudanças sofridas nas matrizes curriculares, no que diz respeito à disciplina de Língua Latina e outras afins, especificamente nos cursos de Habilitação em Língua Portuguesa, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Discutimos a importância do estudo do latim, a sua historicidade no Brasil e a relevância que a língua latina tem para a formação dos estudantes de Letras. Para tanto, contamos com autores como Faria (1959), em **Introdução à didática do latim**; Elia (1957), em **O ensino do latim: doutrinas e métodos**; Cardoso (2006), em **Iniciação do latim**; Oliveira (2007), em “A importância do latim: passado ou presente?”, entre outros. O trabalho está organizado em três tópicos: o primeiro pretende demonstrar o percurso desse idioma antigo para a formação do Português e suas influências, que permanecem vivas. No segundo, abordamos o ensino do latim no Brasil e as leis, que proporcionaram uma significativa mudança nas estruturas curriculares. Assim, analisamos alguns manuais latinos antigos e atuais, que podem ter contribuído para a nova configuração no ensino dessa língua no país. E, no último tópico, investigamos o impacto de todas essas reconfigurações educacionais, seja através dos manuais, seja da LDB (1961/1996), na estrutura dos cursos de Letras com habilitação em Língua Portuguesa da UFPB.

PALAVRAS-CHAVE: Letras; matrizes curriculares; língua latina.

ABSTRACT

*In this paper, we will present the changes occurred in the curricular matrices, in relation to the Latin Language subject and others correlated, specifically in the Portuguese Language Courses at the Federal University of Paraíba – UFPB. Therefore, we discuss about the importance of the Latin study, its historicity in Brazil and the relevance that the Latin Language has to the students’ qualification in Languages. We will have the authors such as Faria (1959), in **Introduction to the Latin Didactics**; Elia (1957), in **The Latin Teaching: doctrines and methods**; Cardoso (2006), in **Latin Initiation from**; Oliveira (2007), in “**The Latin importance: past or present?**”, and others. We will argue this study through three topics, the first of which demonstrate the journey of this language for the Portuguese formation and its influences that continue alive. In the second, we will debate about the Latin teaching in Brazil, the Laws that provided a significant change in the curriculum structures of this language, we will examine some old and contemporary Latin Manuals,*

¹ Universidade Federal da Paraíba. E-mail: michellebianca86@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1127-101X>

² Universidade Federal da Paraíba. E-mail: carolinexaviern@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4059-6307>

which may have contributed to the new setting of this language teaching. And, in the last topic, we will study the impact of all these educational reconfigurations by manuals and/or from LDB (1961/1996), in the Languages Courses organization with certification in Portuguese Language from UFPB.

KEYWORDS: *Letters; curriculum; latin language.*

Introdução

Há muito a língua latina não é mais usada como língua de interação em uma comunidade de falantes, o que faz com que muitos a interpretem como uma língua morta. Também o seu uso não é mais tão intensificado como antes, quando, até meados da década de 60, constava como uma disciplina do Ensino Básico. Em contrapartida, ao analisarmos a língua portuguesa, percebemos que a nossa língua contém muitos traços do latim, uma vez que este é a base de nosso idioma e que, muitas vezes, nos é imputado retomar a historicidade de nossa língua, seja para compreender melhor sua estrutura, seja para compreender a sua expressividade semântica.

Nossos objetivos são apresentar a importância do estudo da língua latina para a formação dos alunos do curso de Letras, enfatizando a sua caracterização nas estruturas curriculares desse curso. Assim, poderemos perceber que houve uma redução significativa das disciplinas relacionadas ao latim e afins, nas graduações em Língua Portuguesa, em cursos de graduação em Literatura e também das Línguas Modernas, o que é um reflexo das mudanças ocorridas também nas outras etapas educacionais. Isso porque, a partir de 1961, o ensino de latim tornou-se facultativo na Educação Básica, ocasionando a extinção desta disciplina neste estágio de ensino, além de também ter se tornado, ainda, opcional nos cursos de Ensino Superior.

De toda forma, ainda se verificam conteúdos latinistas, nos cursos de Literatura e de Línguas Estrangeiras Modernas, todavia, o nosso enfoque é avaliar o panorama existente nos cursos de formação em Língua Portuguesa, e, mais ainda, como se configuram as mudanças que, a cada alteração na estrutura curricular, diminuem (ou extinguem) a demanda dessa matéria.

Embora observemos uma crescente de pesquisadores brasileiros dedicados aos estudos do latim, paradoxalmente, testemunhamos, em algumas instituições, que, cada vez mais, essa disciplina tem sido negligenciada, relegando-a ao descrédito acadêmico. E essa não é uma hipótese, mas uma realidade testemunhada por muitos professores de línguas clássicas e pelos estudantes sedentos por esse conhecimento. Nosso trabalho é importante também por dar visibilidade a um processo que

corre, quase sorrateiramente, ao longo dos anos, e que devemos encontrar modos de evitar, ao mesmo tempo em que é necessário questionar o porquê desse processo, numa perspectiva autocrítica de nossa atuação, a fim de reencontrarmos novos caminhos.

Acreditamos que a compreensão da língua portuguesa e de sua cultura seriam mais bem compreendidas, se não perdêssemos de vista a sua historicidade, e esse processo passa, necessariamente, pelos estudos latinos. De todo modo, apesar das inúmeras mudanças, o latim ainda permanece presente em muitos termos falados cotidianamente, mesmo involuntariamente. Teríamos uma infinidade de exemplos bastante comuns para ilustrar, mas vejamos as expressões: *carpe diem*³ (aproveitar ao dia), *bis*⁴ (novamente), *curriculum vitae*⁵ (currículo da vida). Essas exemplificações nos revelam que, seja nas conversas diárias, seja nos mercados publicitários e/ou nas entrevistas de trabalho, o latim faz parte de nossas vidas, não apenas nos altos graus de instrução e intelectualidade, mas também nas relações mais simples de nossa rotina. E são esses valores singelos, porém essenciais, que nos interessa refletir. Isso porque eles funcionam como mediadores de um saber, muitas vezes, posto como difícil de acesso, mas que se realiza indistintamente. Com isso, Viaro (1999, p. 3) considera que:

O latim não está de forma alguma morto, está no nosso dia-a-dia: quem nunca mandou um *curriculum vitae*? Quem nunca ouviu falar de renda *per capita*? Ou pensou em fazer uma pós-graduação *lato sensu*? Ou ouviu que alguém é doutor *honoris causa*? Quem nunca fez um *P.S.* ao fim de uma carta? Ora, isso também é latim: *post scriptum*. Essa antiga língua de Roma está nas tecnologias mais modernas, está na fecundação *in vitro*, nas invenções mais recentes: está, por exemplo, no *fax* (abreviação de *fac simile*, que significa “faça de maneira semelhante”, não é isso que faz o *fax*?). Mesmo muitas palavras importadas do inglês remontam ao latim: na Informática usa-se o verbo *deletar*, do inglês *todelete*, que vem, por sua vez, do verbo *deleo* em latim, que significa “destruir”.

³ Essa expressão, originada há séculos em conceitos poéticos e filosóficos, no mundo clássico, permeia a nossa contemporaneidade, em diversas circunstâncias, sendo, até mesmo, uma das mais procuradas para tatuagem. Uma simples busca no *Google* fornece-nos essa comprovação (*In*: https://www.google.com/search?q=carpe+diem+tatuagem&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjaipTzjdnzAhVKq5UCHW_dC7EQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1920&bih=880&dpr=1, acesso em 15/10/2021). Assim, o latim se circunscreve na história social e se perpetua em corpos, que dinamizam os seus espaços de circulação, mesmo que não haja consciência exata de seus sentidos.

⁴ Esse advérbio latino, que indica duas vezes (em dobro), além de nomear um famoso produto alimentício, faz-se presente nas comunicações mais pueris para manifestar a insuficiência sobre algo e o desejo de ter mais.

⁵ Em praticamente todos os contextos profissionais, há a necessidade de produzir esse documento para registrar as atividades desenvolvidas ao longo de nossa atuação, a fim de que possamos garantir um emprego, independentemente do cargo ou nível escolar exigido. Essa documentação está nas pastas e nos arquivos dos Recursos Humanos como condição mínima e obrigatória para qualquer um que busca por uma posição de trabalho.

A partir dessas considerações, podemos levantar algumas questões básicas: Qual a razão para o enfraquecimento do latim nos currículos dos cursos de Letras com habilitação em Língua Portuguesa? A redução do ensino do latim nessas estruturas curriculares estaria deixando esse profissional com alguma carência formativa, no ato de lecionar? Uma vez que muitas questões, intrínsecas ao português, à nossa cultura, aos nossos costumes, à nossa literatura e às artes em geral, possivelmente, seriam mais bem entendidas, a partir da compreensão de sua própria historicidade?

Diante do exposto, procuramos estudar as matrizes curriculares do curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba, assim, procuramos analisar as mudanças e quais possíveis razões levaram a estas alterações no curso citado. Para tanto, iniciamos por uma análise da estrutura das disciplinas que regeram o início desse curso e o conduzem até hoje.

A ausência do ensino de latim nos cursos de Letras faz com que o português passe a ser apresentado aos alunos com algumas lacunas, já que, em algumas situações, os profissionais das Letras entendem como casos de exceção ou fatores inexplicáveis certos contextos linguísticos, os quais a retomada de sua história poderia explicar. Por exemplo, a formação do plural de palavras como “mão” e “pão” será realizada, a partir de sua forma etimológica, originária, a saber: *manus* e *panes*. Sendo assim, o plural dessas palavras em português será “mãos” e “pães”, ou seja, apesar da terminação no singular de ambas serem “ão”, o plural será configurado de modo diferente pela retomada a sua forma originária em latim. Assim, defendemos que a língua latina deve ser estudada, em caráter indispensável, especialmente, nos países que tiveram a sua língua originada do latim, uma vez que não devemos negligenciar essa riqueza histórica e, muito menos, a perspectiva diacrônica do idioma e de seus elementos constitutivos socioculturais.

Portanto, esta pesquisa salienta as inquietações a respeito das mudanças nas matrizes curriculares, uma vez que esta perspectiva nos ajudará a compreender as transformações e os impactos educacionais nos cursos de Letras e, conseqüentemente, na formação desses estudantes. Assim sendo, através do nosso trabalho, poderemos refletir sobre a necessidade de que a língua latina precisa ser mais valorizada nos cursos de graduação, em prol de uma melhor formação dos futuros docentes de Língua Portuguesa.

1 Panorama histórico e considerações gerais

Como sabemos, na região de Lácio, na Itália, surgiu a língua latina, sendo esta mais tarde disseminada, principalmente, por meio da expansão do Império Romano. Os romanos conquistaram - praticamente - todo o ocidente e uma parte do oriente europeu. Com este feito, eles puderam propagar a sua cultura e também a sua língua aos povos da região europeia e asiática.

A conquista dos romanos, perante uma parte da Europa, começou com a união entre Roma e Cartago. Estes povos, juntos, deram início à Primeira Guerra Púnica (264 – 261 a. C.), ocupando a região da Sicília. Os romanos, cada vez mais fortes e conquistadores, por meio de aliados, fizeram também a Segunda Guerra Púnica (219-201 a. C), conquistando o território hispânico. Faria (1959) mostra-nos que, entre o período da segunda e terceira guerras citadas, houve confrontos internos que proporcionaram com que toda a Grécia e a Macedônia se tornassem províncias romanas. A realização da terceira guerra (149-146 a. C.) ocorreu com a redução de Cartago a uma província, pois os romanos ficaram abalados, o que propiciou que outros povos pudessem impor-se, porém, Roma conseguiu sobressair-se aos demais povos.

Os povos romanos tiveram dificuldades, em alguns lugares, para que os conquistados se submetessem à sua língua. Demorou um certo tempo, para que esses passassem a aceitar o latim como oficial. Porém uma grande parte dos conquistados começaram a aderir à língua latina. Sendo que, segundo Cardoso (2006, p. 9):

Nos locais culturalmente menos desenvolvidos a língua de Roma, divulgada por soldados e ensinada nas escolas, foi implantada sem maiores dificuldades. Nas regiões onde a vida cultural já era intensa e tinha característica próprias bem solidificadas não houve, a rigor, a latinização.

No período de latinização, segundo a autora (2006), grande parte da Europa e Ásia passaram a aderir a cultura do conquistador, contudo, nas regiões com uma civilização solidificada de costumes, esse grande império não conseguiu impor-se de forma imediata. Nesse sentido, Luna Neto (2008, p. 12) aborda que:

Ao mesmo tempo em que estendiam os seus domínios, os romanos levavam para as regiões conquistadas os seus hábitos de vida, as suas instituições, os padrões de sua cultura. Em contato com outras terras e indivíduos de outras civilizações, ensinavam, mas, também, aprendiam. Aprenderam muito com os Gregos, principalmente ‘nas tragédias Gregas’, os modelos para as suas experiências de tradução e adaptação literária.

Os romanos cresceram economicamente, após se tornarem um grande império, porém, como vimos no comentário acima de Luna Neto (2008), eles tiveram muitas influências dos Gregos, que podem ser vistas na literatura. Esse é o caso das tradicionais tragédias e de outros gêneros literários, como a epopeia *Eneida*, de Virgílio, escrita para glória do povo romano, e que tem seus primeiros cantos baseados na *Iliada*, e os últimos baseados na *Odisseia*, ambas as produções consideradas homéricas.

Neste período, pode-se notar também variações linguísticas, através da presença da língua do povo, que seria o latim vulgar, e da língua oficial, que foi denominado posteriormente latim clássico. Cardoso (2006, p. 7) afirma que o “Latim Clássico era uma língua cultivada, artística” e que ele “se preservou graças à conservação de inúmeras obras literárias e é dessa modalidade linguística que puderam ser apreendidos os fenômenos gramaticais do idioma”. Dessa forma, este era usado nos textos oficiais e perante os povos cultos da época, tendo em vista que sempre buscavam falar o mais correto possível.

O latim vulgar apresentava diferenças em relação ao clássico, pois o primeiro se constitui por meio da adaptação do povo em reproduzir a língua dos conquistadores romanos. Por outro lado, o segundo era oficial e estava presente nos documentos em geral da elite romana. Sendo assim, a nossa língua portuguesa e todas as línguas neolatinas têm origem em comum, num processo que Faria (1959, p. 23) explica:

Com o esfacelamento do império Romano, o latim, que era falado em seu vasto território, passou a se desenvolver independentemente em cada região. Sem ter mais o poder centralizador e vivificador de Roma, veio a desaparecer principalmente no Oriente, mas no Ocidente transformou-se em outras línguas novas, que, sendo deste modo o próprio latim continuado com as alterações impostas pelo tempo e pelas circunstâncias locais, se denominavam *línguas românicas ou neolatinas*⁶, cujas principais hoje são: o português, o espanhol, o francês, o provençal, o italiano e o romeno.

Cada local passou a trazer peculiaridades para a língua, passando por mudanças linguísticas e uma diferenciação específica. Na formação da língua portuguesa, a separação do galego-português (língua transitória do galego e do português) proporcionou que esta língua se desenvolvesse com traços próprios, e, solidificada em Portugal, foi disseminada pelo mundo por

⁶ Grifos do autor

meio da Coroa pertencente a esse país. Contudo, em cada região, conquistada pela Corte Portuguesa, o idioma foi se modificando de acordo com os costumes e vocabulário locais.

Sabemos que um dos países conquistados por Portugal foi o Brasil, este foi o único país de colônia Portuguesa no continente americano. Em Moçambique, Guiné-Bissau e Angola a língua oficial é a Portuguesa, porém, cada país terá características singulares, pois há diversos fatores que contribuíram para a formação linguística e cultural dessas localidades, ocasionando essas diferenças. Assim, essa conquista portuguesa, perante as nossas terras, proporcionou um sistema linguístico que se diferencia do português de Portugal, visto que as diversas culturas que nos formaram, enriqueceram a nossa língua. Sendo assim, embora tenhamos sido colonizados e submetidos historicamente, temos uma linguagem específica e constituída, a partir do contato com diferentes povos, em nossa história, a exemplos dos africanos e europeus.

Além dos aspectos linguísticos citados acima, percebemos uma presença romana inestimável também em nossa cultura, seja através de monumentos históricos, da literatura, dos costumes enfim. Nessa perspectiva, Oliveira (2007, p. 3) pondera que:

O entendimento e conhecimento do latim e de toda a cultura que envolveu o povo romano na Antigüidade (sic), pode favorecer a compreensão sobre nós mesmos, nossa própria cultura e nossa história. Verificamos, com ele, valores e tradições de outra época que, por vezes, se distanciam dos nossos e, em outras ocasiões, nos parecem tão familiares.

Logo, compreendemos que, através do estudo da língua latina, podemos apreender mais sobre a diacronia da nossa Língua Portuguesa, possibilitando-nos uma compreensão sintática, morfológica, etimológica e semântica bem mais fundamentada. Ainda mais, favorece-nos um amplo entendimento sócio-cultural e histórico, a fim que os futuros docentes de língua portuguesa tenham uma capacitação profissional mais aprofundada e que possam desempenhar a sua função da melhor maneira possível. Por isso, nesse primeiro tópico, apresentamos uma breve historicidade e justificamos a importância do latim, mesmo sabendo que essa exposição deveria ser completamente desnecessária. Todavia, em nosso contexto educacional brasileiro, muitas vezes, precisamos reiterar essa posição, como um ato de resistência, para que possamos demarcar o nosso lugar que, vez ou outra, vê-se ameaçado.

2 O latim no Brasil e algumas conjecturas: o ensino, as leis e os materiais didáticos

2.1 O ensino de latim em debate

O início do ensino do latim no Brasil ocorreu, por meio dos jesuítas, que ensinavam, além da língua portuguesa, também a língua latina. Esses padres, que rezavam as missas em latim, detinham o conhecimento, via igreja católica, isto é, do que posteriormente se denominou de latim eclesiástico. Nesse processo das missões, ocorreram as primeiras comunicações e o caminho para a catequização do gentio.

Os jesuítas⁷ estabeleceram a formação escolar e religiosa dos indígenas, mas, em 1759, foram destituídos da educação. Eles organizaram a estrutura educacional e propiciam indícios de que as pessoas, mesmo sem serem padres, poderiam compor a estrutura escolar com a finalidade da formação colonial. Portanto, o novo modelo educacional foi instaurado, a *Ratio Studiorum*⁸. Esta estrutura foi pensada para ordenar todo o sistema de ensino na colônia portuguesa e também fomentar o desenvolvimento de novos professores. Porém, com o seu início, além da crescente dos ideais liberais e iluministas com os quais alguns se identificaram, os padres perderam espaço no meio escolar e, mais tarde, foram banidos da educação portuguesa, tanto no país cede, como na colônia.

Um novo modelo educacional foi estabelecido, cujo foco não era apenas os homens, mas também as crianças. A inspiração desse novo modelo veio da educação britânica, uma das mais influenciadoras da época. Com isso, uma nova fonte de estudo foi registrada, a qual centralizava a formação de uma parte da população. A Coroa Portuguesa pretendia elevar o nível educacional do país, para que pudesse chegar ao nível da Inglaterra. Sendo assim, em 1808, a educação passou a se dar em salas de aulas, contendo bancos em fileiras, e a figura do professor à frente, detentor de todo o conteúdo. Mais adiante, também foram formados os Liceus e colégios, que até hoje são tradicionais, como o Dom Pedro II, no Rio de Janeiro; o Liceu Paraibano, na Paraíba, o Baiano, na Bahia; e o Ateneu, no Rio Grande do Norte.

⁷ Um dos grandes padres desse período foi Anchieta, que, além de catequizador, também contribuiu com a nossa literatura, inclusive, escreveu um poema épico, sendo esse o primeiro nesta categoria literária na América. Ele muito contribuiu para a formação do início da educação e para o conhecimento do latim no Brasil de 1500.

⁸Foi um Plano de Estudos elaborado com a finalidade de ensinar de maneira sistemática. Esse plano proporcionaria ao aluno uma melhor compreensão dos conteúdos. Também notamos que é, por meio dele, que o sistema de ensino hoje utilizado no Brasil, foi influenciado.

2.2 As leis educacionais no apogeu e na crise do ensino de latim

Sabemos que o ensino do latim, no Brasil, faz parte da estrutura curricular no Ensino Superior, em alguns cursos de graduação de Letras, Direito, Biologia, Filosofia entre outros. Contudo, a língua latina também foi, por muito tempo, obrigatória na Educação Básica. Isso porque, antes de fazer parte dos cursos de graduação, era uma disciplina que integrava o currículo do Ensino Básico por sete anos. Em 1891, houve uma redução para cinco anos e, em 1942, tivemos a Lei Capanema, que ampliou, mais uma vez, para sete anos o ensino de latim no secundário. Essa progressão curricular deveu-se ao avanço de produção e estudos sobre essa língua clássica, a partir de sua inserção em cursos específicos no Ensino Superior.

Esse cenário, aparentemente tão positivo, desencadeou outro problema: a falta de professores suficientemente capacitados para atuar na área. Houve até um ato ministerial que autorizou os formados em Letras Neolatinas e Anglo Germânicas ensinarem latim, o que Tuffani, em “Os estudos latinos no Brasil”, considera que “tornou o ensino desigual e mesmo insatisfatório” (TUFFANI, 200/2001, p. 397). A complexidade dessa situação é bastante interessante, pois, apesar de sabermos que a capacitação é fundamental para o exercício da docência, precisamos considerar que aqueles profissionais, à época, faziam o que podiam diante dos recursos existentes. Assim, eles foram parte de uma conjuntura política maior, que deveria ter estruturado essas mudanças legais, preparando a sua efetivação para a sala de aula. Além disso, é preciso considerar que, até hoje, o latim persiste na educação, através de muitos docentes sem essa formação específica, mas que são pesquisadores da área, pois muitas regiões do Brasil não dispõem de tais cursos, por isso, acreditamos que essas questões devem ser tratadas com muita cautela.

Seguindo nessa cronologia das leis, que regeram o auge e o enfraquecimento do latim, um marco importante foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que tornou o latim como optativo no Ensino Básico. Nela, podemos observar os seguintes indicadores:

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de Ensino Médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

Notamos que, sob essa lei, as disciplinas optativas poderiam ser usadas pelo estabelecimento de ensino, dependendo dos interesses locais. Vemos que não houve, na teoria, uma exclusão completa do latim no ensino secundário, mas, na prática, ele foi relegado a um caráter opcional, o que ocasionou uma drástica mudança curricular nas escolas. Até que, como explica Tuffani (200/2001, p. 399),

dez anos após a Lei de Diretrizes e Bases, o Latim havia praticamente desaparecido no ensino secundário, constituindo notória exceção, entre outros estabelecimentos, o tradicional Colégio Pedro II. Nos cursos de Letras, a graduação em Língua e Literatura Latina não se manteve sequer nas universidades católicas, permanecendo somente nas instituições públicas com tradição nos estudos latinos.

Em 1996, uma nova Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional foi sancionada, facultando a disciplina de latim no Ensino Superior. A partir daí, desencadeou-se uma série de problematizações, tanto nos cursos de formação latinista, que hoje são um pouco mais de uma dezena (a maioria localizados no sudeste), como também nos cursos de Letras com habilitação em Língua Portuguesa, Línguas Modernas, entre outros, que tendem a retirar e/ou diminuir a carga horária do latim a cada mudança na matriz curricular.

Apesar do contexto exposto anteriormente, podemos notar, nos últimos tempos, um crescente número de estudiosos que direcionam os seus estudos para os conhecimentos na área latinista. Como exemplo desse processo, destacamos a tese do Prof. Dr. José Amarante, intitulada “Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção: discursos, práticas, representações propostas metodológica”, que originou o programa e o livro *Latinitas: leitura de textos em língua latina* (2015)⁹. Essa e tantas outras publicações oxigenam e trazem novas perspectivas para a área dos Estudos Clássicos, pois esses profissionais estão buscando novas dinâmicas, a fim de proporcionar uma experiência mais significativa para os alunos.

2.3 Os materiais didáticos e as suas implicações para o ensino de latim

⁹ Os dois volumes do material citado podem ser acessados gratuitamente *in*: <http://www.latinitasbrasil.org/>.

Apesar de o nosso objetivo aqui ser discutir sobre o papel dos materiais didáticos latinos, não podemos deixar de esclarecer inicialmente que, assim como em todo e qualquer método de ensino, eles são um meio para o processo de ensino-aprendizagem, que necessita, sobretudo, da ação do professor. Este atua como um agente essencial nesse processo, selecionando, conduzindo e orientando o aluno em sua própria jornada de aprendizagem. Outro fator importante é que esses métodos precisam ser avaliados de acordo com a época em que foram produzidos, as suas finalidades e seus âmbitos educativos etc.

E, provavelmente, estes sejam os grandes desafios diante de tantas ferramentas didáticas disponíveis, mas que não se adequam, necessariamente, ao contexto do aluno. Porque a conjuntura de ensino de quem cursa apenas uma disciplina, ao longo de toda a sua formação em Letras (Habilitação Língua Portuguesa), é bem diferente da do discente graduando em Língua Latina ou Letras Clássicas, mesmo que seja no período inicial de sua formação. Esses distanciamentos podem ser vistos também na atuação do latim em cursos como Biologia, Direito, Letras Modernas, como Espanhol e Francês, entre outros. Isso porque os propósitos, as matérias cursadas, os objetivos e os interesses de cada uma dessas realidades educacionais serão singularmente divergentes, porém todas elas atuam colaborativamente na aprendizagem. Certo é que, independentemente de qual seja o material utilizado, ele precisa estar o mais próximo possível da realidade do aluno, de sua turma, sua faixa etária, seu curso, sua região etc. E essa é uma avaliação necessária que deve ser feita pelo docente, antes de definir o suporte didático que conduzirá as suas ações. Muitas vezes, nem se escolhe um específico, selecionando uma parte de um e de outro, ou criando uma apostila própria.

Ao mesmo tempo, para além dessas referidas responsabilidades do professor e do método, não podemos esquecer que as diversas reformas educacionais, como vimos, no tópico anterior, são responsáveis por esse quadro atual no ensino de latim. Somada também a crescente prioridade dada aos conhecimentos mais práticos, devido à política de testes contínuos de aprendizagem, observamos um declínio da atenção dada às humanidades, cujos protagonistas são conjuntamente formados por vários partícipes.

Muitos métodos brasileiros para o ensino do latim foram elaborados na década de 50 e 60, como o manual da **Gradus Primus e Gradus Secundus** (1954)¹⁰, de Paulo Rónai; **Masa Primus** (1958), de Meton de Alencar; além da **Gramática Latina** (1942), de Napoleão Mendes de

¹⁰Esse ano, juntamente com os demais, refere-se ao primeiro ano de publicação das obras citadas.

Almeida. Certamente elas possuem um valor inestimável e precisam ser analisadas de acordo com a sua época de produção e o seu público-alvo. Ocorre que algumas dessas metodologias que eram usadas para o ensino do latim nos anos iniciais do Ensino Básico, passaram a ser desapropriadamente utilizadas no Ensino Superior, como debatem Fortes e Prata (2012, p. 169-173).

Além disso, nesse período, o aspecto gramatical e o caráter decorativo eram predominantes, e o aluno não era estimulado à reflexão, e nessa tarefa “são necessários conhecimento da língua, da história, da cultura e da filosofia romana, disciplinas pertencentes à humanidade e essenciais à formação do indivíduo”, como ressalta Heck (2013, p. 12). Ademais, Viaro (1999, p. 11) reflete sobre os antigos materiais, ao mesmo tempo em que sugere algumas mudanças:

Os métodos antigos em muito pecaram, dando ao ensino do latim o caráter penoso das infinitas tabelas a serem decoradas pelo aluno, que, por sua vez, não via sentido naquilo. Muitas vezes até textos inteiros tinham de ser decorados. Não querendo tirar o mérito dessa metodologia, que, por seguro, ajudava em muito a desenvolver a memória dos alunos, acredito que atualmente a postura é outra: é preciso revitalizar o valor que o latim tem como um ótimo meio para aguçar a percepção etimológica das raízes do português (e de outras línguas, como visto acima), o exercício da análise sintática, o raciocínio lógico, a ampliação de vocabulário e a curiosidade para entender outros momentos históricos e o desenvolvimento das sociedades e do pensamento até os dias de hoje.

Portanto, pensamos que os métodos usados para a compreensão dessa língua tão valorosa poderiam revelar assuntos interessantes sobre o nosso conhecimento, linguístico e cultural. Porque não se trata somente da formadora da nossa língua portuguesa, mas de uma linguagem global que nos constitui enquanto seres pertencentes a um sistema histórico-social. O latim permanece vivo nos idiomas que se originaram do romance e em suas mais diversas manifestações, por isso, embora muitos, equivocadamente, a considerem como uma língua morta, ela está viva em seus legados e em suas reconfigurações. Ou, como diz Lima (1995, p. 25): “Morta, sinônimo de matada, não de falecida”.

Nesse sentido, não poderíamos concluir esse tópico sem mencionar alguns materiais que podem auxiliar o professor em um redirecionamento didático, a fim de que possamos vislumbrar novos tempos. Entre estes, citamos o **Aprendendo Latim** (2012), uma tradução e adaptação do **Reading Latin**, da Universidade de Cambridge e **Latinitas** (2015), de José Amarante, que apontam novos caminhos para o ensino de latim no Brasil. Mencionamos ainda o **Xeretando a linguagem**

latina, de Claudio Aquati (2019), pois, mesmo não se tratando de um método específico, é um material que pode dar um suporte para a preparação das aulas.

Antes de tudo, reiteramos que toda contextualização feita acima colabora essencialmente com a discussão proposta a seguir. Pois, ao discutirmos sobre a conjuntura do latim na Universidade Federal da Paraíba, precisamos entender que, direta ou indiretamente, esta é apenas parte de uma estrutura macro que o cerca, antecede e o afeta substancialmente.

3 O Latim no curso de Letras (Língua Portuguesa) na Universidade Federal da Paraíba: uma análise do currículo

No início da graduação em Letras no Brasil, mais especificamente nas habilitações em Línguas Modernas, o latim era obrigatório na matriz curricular de vários cursos. Além do mais, verificava-se também a presença de outras disciplinas afins, que envolviam também a história e a filologia da língua portuguesa. Assim, o latim, que outrora fora considerado uma das línguas mais importantes, tanto no Ensino Básico, como no início do Ensino Superior, viu-se, com os passar dos anos, em situação delicada.

A LDB (1961/1996), entre outros fatores anteriormente debatidos, proporcionou o seu enfraquecimento, fazendo com que alguns cursos o retirassem por completo do currículo, assim como as suas áreas afins. Entretanto, percebemos, em geral, que, na Universidade Federal da Paraíba, algumas dessas matérias permanecem, porém re(existindo) em constantes ameaças que se realizam em cada renovação curricular. Esse é o escopo sobre o qual dedicaremos a nossa pesquisa, mas, para que pudéssemos ter uma visão comparativa, ilustraremos também com duas instituições particulares de Ensino Superior, no estado paraibano. Em geral, são poucas as faculdades privadas que têm as disciplinas de latim e afins no currículo, e, quando elas se fazem presente, aparecem isoladas do curso. Esse mesmo desafio, no eixo sudeste do país, foi verificado por Carpani e Prata (2010, p. 213), que explicam:

A seleção desses locais iniciou-se no final do ano de 2009, quando procurávamos faculdades particulares que ofereciam disciplinas de latim em seus cursos de Letras. Todavia, um dos primeiros imprevistos que tivemos ao longo dessa busca foi a dificuldade de encontrarmos instituições que ofereciam o latim como disciplina curricular obrigatória, fato esse que julgamos ser uma das possíveis justificativas da mudança já mencionada nas Diretrizes Curriculares que não prevê a obrigatoriedade do latim e de nenhuma outra disciplina no currículo. Assim, tivemos que estender um pouco mais os limites de nossa pesquisa de campo.

As autoras apontam que, na construção de seu trabalho, houve alguns imprevistos devido à pequena demanda do latim, nas estruturas curriculares de universidades particulares, inviabilizando uma perspectiva e, ao mesmo tempo, revelando outro impasse passível de análise. Carpani e Prata (2010) destacam que algumas das universidades selecionadas, para a pesquisa por elas desenvolvida, haviam tido as cátedras de latim em seu currículo. Dessa forma, acreditamos que, após uma renovação curricular, elas foram retiradas da matriz, e os motivos para tal ação podem ser diversos. Ocorre que a diferença entre as universidades públicas e as privadas, em relação ao *status* da língua latina, é vasta, sendo assim, Carpani e Prata (2010, p. 216) afirmam:

Com base nos argumentos apresentados ao longo do presente artigo, é necessário destacar que o contexto educacional superior privado tem sido pouco explorado em pesquisas acadêmicas no que diz respeito ao ensino de latim nos cursos de Letras. Os dados encontrados a partir dessa pesquisa são muito interessantes, sobretudo quando os comparamos com a realidade das Universidades públicas, em que a procura pelo ensino de latim, como dissemos na Introdução, é bem grande. O que acontece nos cursos de Letras das Universidades públicas parece algo contraditório em relação àquilo que acontece nos cursos das Instituições privadas, tendo em vista que, nesses lugares, a demanda e carga horária para o ensino de latim vêm sendo reduzidas crescentemente.

Percebemos, então, que as universidades públicas, embora tenham sofrido também com o efeito das legislações educacionais, ainda possuem disciplinas latinas e afins de caráter obrigatório e/ou optativo nos seus currículos. Com isso, podemos notar que as instituições particulares de Ensino Superior, investigadas pelas autoras citadas, foram as mais afetadas com esta Lei. Dessa assertiva, valemo-nos para o nosso trabalho, já que, apesar de geograficamente estarmos tão distantes, verificamos, na Paraíba, um campo semelhante. Essa identificação, em panoramas tão distintos, mostra-nos que as ações sobre o ensino de latim, mesmo em suas especificidades locais, que jamais podem ser ignoradas, precisam convergir numa reflexão ampla entre os profissionais de variados recantos do país.

Em nosso caso particular, definimos como *corpus* as matrizes curriculares do curso de Letras - com habilitação em Língua Portuguesa, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mais especificamente nos *campi* I e IV¹¹, já que são os que ofertam esse curso de graduação. E, como veremos, ao longo das mudanças curriculares, as disciplinas de latim sofreram um processo de

¹¹A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) possui dois campi com o curso de Licenciatura em Letras: I e IV. O campus I fica na cidade de João Pessoa e o IV na de Mamanguape.

desprestígio. A primeira matriz curricular data de 1974 e a mais atual é de 2019, ambas do *campus* I, que fica na cidade de João Pessoa.

Logo no princípio da implementação do curso de Letras, na Universidade Federal da Paraíba (*campus* I), no período de 1974.1, pudemos observar que a disciplina na área em questão era oferecida no terceiro período – Língua Latina em caráter obrigatório. E, no sexto período, havia – Literatura Latina; no oitavo período - Filologia Românica I (optativa); Língua Latina I (optativa); e, no nono período - Filologia Românica II (optativa), Língua e Literatura Latina I (optativa), Língua e Literatura Latina II (optativa), Língua Grega I (optativa) e Língua Grega II (optativa). Como podemos ver, a demanda por disciplinas de Latim e afins são diversas, contudo, a maioria eram disponibilizadas no nono período como optativas. As únicas disciplinas obrigatórias eram as do terceiro e sexto período. Como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 1

Período	Letras – João Pessoa/ <i>campus</i> I/Noturno/ 1974.1
Sem Período ¹²	
Primeiro	
Segundo	
Terceiro	Língua Latina (obrigatória)
Quarto	
Quinto	
Sexto	Literatura Latina (obrigatória)
Sétimo	
Oitavo	Filologia Românica II (optativa); Língua Latina I (optativa)
Nono	Filologia Românica I (optativa); Língua e Literatura Latina I (optativa); Língua e Literatura Latina II (optativa); Língua Grega I (optativa); Língua Grega II (optativa)

Fonte: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/825>

Provavelmente, o acúmulo de disciplinas, em um único período, acarretou problemas de logística, inviabilizando que os estudantes procurassem tais matérias para cursar, além do fato de que, como concluintes, o pragmatismo sobrepõe-se aos interesses por conhecimentos de outra natureza. Ainda mais, muitas possuíam pré-requisitos, como, por exemplo, as disciplinas de Língua

¹²São disciplinas que não tem período definidos.

e Literatura Latina II, que necessitavam de Língua e Literatura Latina I, como também a de Literatura Grega II, que tinha como condição ter cursado antes de Literatura Grega I.

Tomando como base que o curso de Letras só fez parte da UFPB, a partir do primeiro período 1974, percebemos que a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que tornou o latim facultativo nos cursos superiores já havia ocorrido. Então, desde o início do curso de Letras, nesta instituição, ele já estava desobrigado, sendo reflexo das mudanças impostas pela lei citada.

No primeiro período de 2006, houve mudança no currículo do curso em questão, proporcionando com que uma nova disciplina, Introdução aos Estudos Clássicos, fizesse parte do fluxograma de Letras. Contudo, a ementa dessa disciplina apresentava tanto o conteúdo de Literatura Latina, quanto o de Literatura Grega, então, condensou muitas informações e conteúdos em seu programa. Também percebemos que, com a entrada desta nova disciplina, a Literatura Latina deixou de ser ofertada no currículo. Além dessas alterações, analisamos que, neste período, este curso passou a ser ofertado pelos turnos matutino/vespertino e noturno, como podemos perceber nas tabelas 2 e 3. Observemos a seguir:

Tabela 2

Período	Letras – João Pessoa/ <i>campus</i> I/ Manhã e Tarde/ 2006.1
Sem período	Língua Grega I (optativa)
Primeiro	Introdução aos Estudos clássicos (obrigatória)
Segundo	Língua Grega II (optativa); Língua Latina I (obrigatória)
Terceiro	Filologia Românica I (optativa); História da Língua Portuguesa (obrigatória)
Quarto	Língua Latina II (optativa); Filologia Românica II (optativa)
Quinto	
Sexto	
Sétimo	
Oitavo	

Fonte: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/958>

No curso matutino/vespertino, a nova disciplina já era oferecida para os alunos dos primeiros períodos. Desse modo, avaliamos que, além de se tornar importante para a graduação de Letras, o alunado já teria contato com a origem do português desde o início do curso. Além do mais, os quatro primeiros semestres do curso continham de uma a duas matérias latinistas. No segundo período, percebemos que há Língua Grega II (optativa) e Língua Latina I. Como podemos ver, Língua Latina I permanecia obrigatória no currículo e a primeira disciplina continuava optativa,

porém, agora há mais chances de os alunos cursarem. No terceiro período, vemos a introdução de outra nova disciplina, História da Língua Portuguesa. Também é introduzida, neste período, a disciplina de Filologia Românica I, porém como optativa.

No quarto período, todas as cadeiras ofertadas são optativas, Língua Latina II e Filologia Latina II. Como percebemos, ambas são continuação das disciplinas anteriores, portanto, essa estruturação sugere-nos uma maior possibilidade de procura por essas matérias. Pois, se prestarmos atenção no início das matrizes curriculares do curso de Letras (1974), vê-se que antes não havia essas alternativas e as disciplinas não apresentavam uma sequência, pois essas eram ofertadas em qualquer tempo. Este é o caso de Língua Grega II, que era oferecida, enquanto Língua Grega I ainda não estava disponível. Nesta matriz de 2006, percebemos que há uma continuação das disciplinas já ofertadas, possibilitando com que o aluno possa optar por cursá-las. Ademais, embora a estrutura deste período esteja mais organizada, houve, na verdade, uma substituição de Literatura Latina I por Introdução aos Estudos Clássicos, enquanto Língua Latina I permaneceu. A novidade foi a presença de História da Língua Portuguesa em caráter obrigatório. Vejamos agora a próxima tabela:

Tabela 3

Período	Letras – João Pessoa/campus I/ Noturno/ 2006.1
Sem período	Língua Grega I (optativa)
Primeiro	
Segundo	Língua Grega II (optativa); Introdução aos Estudos Clássicos (obrigatória)
Terceiro	Língua Latina I; História da Língua Portuguesa (obrigatória)
Quarto	Língua Latina II (optativa); Filologia Românica I (optativa)
Quinto	
Sexto	
Sétimo	
Oitavo	
Nono	
Décimo	

Fonte: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/957>

No período acima, notamos algumas mudanças, pois, enquanto Introdução aos Estudos Clássicos, pela manhã, era no primeiro período, a noite passou a ser ofertada no segundo período, juntamente com Língua Grega I (optativa). Língua Latina I foi transferida para o terceiro período, ao lado de História da Língua Portuguesa. Filologia Românica I (optativa) foi para o quarto período,

em conjunto com Língua Latina II (optativa). No quinto período, ficou apenas Filologia Românica II (optativa). Por meio destas informações, podemos chegar à conclusão de que houve algumas alterações, e isto ocorreu, pois, no curso noturno, a quantidade de períodos é maior do que pela manhã/tarde, devido o número de disciplinas ofertadas, por período, ser menor. Assim, no turno diurno havia oito períodos, enquanto no noturno havia dez. A realocação de algumas disciplinas, nesse caso, houve pelo fato de o período ser mais longo, pois nenhum componente deixou de ser ofertado.

No *campus* IV¹³, da Universidade Federal da Paraíba, percebemos que o curso de Letras (Habilitação Língua Portuguesa) teve a estrutura curricular baseada na do *campus* I, de 2006. Criado em 2011, a sua primeira matriz é do período de 2012.1 e apresenta duas disciplinas obrigatórias. No primeiro período, existe a disciplina de Introdução aos Estudos Clássicos e História da Língua Portuguesa. Desse modo, percebemos que, ao cursarem essa disciplina, os alunos já teriam uma visão inicial para a futura disciplina de Língua Latina, a ser cursada no semestre seguinte:

Tabela 4

Período	Letras – CCAE/ <i>campus</i> IV/ Tarde/ 2012.1
Sem período	Filologia Românica (optativa)
Primeiro	Introdução aos Estudos Clássicos (obrigatória); História da Língua Portuguesa (obrigatória)
Segundo	Língua Latina I
Terceiro	
Quarto	
Quinto	
Sexto	
Sétimo	
Oitavo	

Fonte: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>

Outra disciplina ofertada, sem período certo, na estrutura curricular que consta SIGAA¹⁴, é Filologia Românica I (optativa), e raramente é viabilizada para matrícula. Essa situação é bem

¹³ Esse *campus* foi criado em 2006, através do Programa Expandir, e atende à região da Mata Paraibana, principalmente as cidades localizadas na microrregião do Litoral Norte, Mamanguape e Rio Tinto, onde, inclusive, há a maior área indígena do Nordeste, por isso muitos dos nossos alunos são Potiguaras.

¹⁴ Sistema Integrado de Gestão Atividades Acadêmicas.

recorrente com as outras disciplinas optativas, tanto pela falta de professores, já que nesse centro acadêmico há apenas uma única docente de latim. E essa circunstância implica em vários outros problemas, pois a mesma precisa se dividir ainda com atividades de pesquisa, extensão, projetos, orientações, atividades administrativas etc.

De todo modo, em 2015.2, Filologia Românica I (optativa) foi oferecida aos discentes, no 8º período, mas contou com um número reduzido de alunos, o que se deu, não pela matéria em si, mas porque é o que comumente ocorre com as optativas em geral. Nesse sentido, vemos, nitidamente, que o nosso empenho deve ser por disciplinas curriculares obrigatórias, já que as optativas ficam dispersas ao longo do histórico do alunado.

Consideramos importante registrar que, em agosto de 2016, ocorreu um evento, promovido pela Coordenação do Curso de Letras (*campus* IV/CCAEE) e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), com o objetivo de discutir algumas reformulações no currículo do Curso de Letras e que passa, necessariamente, pelas demandas de disciplinas e cargas-horárias. Nessa oportunidade, houve uma ampla discussão entre os alunos e os professores acerca das necessidades de mudança, e as disciplinas de latim e afins foram tema de debate. Entre as solicitações dos discentes, estiveram em pauta outras matérias, principalmente a de Língua Latina II, e um aumento na carga horária de Introdução aos Estudos Clássicos, passando de 60 horas para 75 horas¹⁵.

No semestre 2013.1, do curso de Letras do *campus* I, tivemos uma nova modificação curricular, e, comparando com a de 2006.1, verificamos que não houve alterações estruturais no que diz respeito às matérias de latim e afins, mas em outras áreas, como nas de Linguística e das Literaturas. Interessante é que, nesse interstício, em 2009, iniciou-se a Licenciatura em Letras Clássicas (Grego e Latim), atendendo a uma demanda acadêmica local que há muito ansiava e dedicava-se paralelamente aos estudos clássicos, por meio de cursos de extensão e, até mesmo, aulas aos sábados. Dessa forma, o mesmo currículo do *campus* I (Letras, Habilitação em Língua Portuguesa), em 2006.1, permaneceu na estrutura curricular de 2013.1 em relação ao latim e afins. Vejamos as tabelas 5 e 6 e, ao compará-las, percebe-se que não houve mudanças:

Tabela 5

¹⁵ Até o presente momento da produção desse artigo, essas exigências ainda não foram implementadas e tais trâmites poderão ser discutidos em outra ocasião, se for o caso.

Período	Letras – João Pessoa/ <i>campus</i> I/ Manhã e Tarde/ 2013.1
Sem Período	Língua Grega I (optativa)
Primeiro	Introdução aos Estudos Clássicos (obrigatória)
Segundo	Língua Grega II (optativa); Língua Latina (obrigatória)
Terceiro	Filologia Românica I (optativa); História da Língua Portuguesa (obrigatória)
Quarto	Língua Latina II (optativa); Filologia Românica II (optativa)
Quinto	
Sexto	
Sétimo	
Oitavo	

Fonte: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>

Tabela 6

Período	Letras – João Pessoa/ <i>campus</i> I/ Noturno/ 2013.1
Sem período	Língua Grega I (optativa)
Primeiro	Língua Grega II (optativa); Introdução aos Estudos Clássicos (obrigatória)
Segundo	Língua Latina I; História da Língua Portuguesa (obrigatória)
Terceiro	Língua latina II (optativa), Filologia românica I (optativa)
Quarto	Filologia Românica II (optativa)
Quinto	
Sexto	
Sétimo	
Oitavo	
Nono	
Décimo	

Fonte: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>

Se compararmos as tabelas acima com a primeira matriz do curso de Letras (UFPB/ *campus* I), de 1974, veremos que houve uma redução das matérias relacionadas à história e à filologia da Língua Portuguesa (no que diz respeito às opcionais). Mas esse quadro se complica, de fato, no período 2019.1, quando novas e decisivas alterações foram realizadas. Latim I e Introdução aos Estudos Clássicos, antes obrigatórias, deixaram de ser ofertadas no curso de Letras (UFPB/ *campus* I) e/ou passaram a ser optativas. Vejamos abaixo:

Tabela 7

Período	Letras – João Pessoa/ <i>campus</i> I/ Manhã/ 2019.1
Sem Período	Língua Grega I (optativa); Épica (optativa)
Primeiro	
Segundo	
Terceiro	
Quarto	
Quinto	Filologia Românica II (optativa)
Sexto	
Sétimo	História da Língua Portuguesa (obrigatória)
Oitavo	

Fonte: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/12466433>

Tabela 8

Período	Letras – João Pessoa/ Noturno/ 2019.1
Sem período	Língua Grega I (optativa), Épica (optativa)
Primeiro	
Segundo	Língua Grega II (optativa)
Terceiro	
Quarto	Língua Latina II (optativa); Filologia Românica I (optativa)
Quinto	Filologia Românica II (optativa)
Sexto	
Sétimo	História da Língua Portuguesa (obrigatória)
Oitavo	
Nono	
Décimo	
Décimo primeiro	

Fonte: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/12466731>

Nessas tabelas são perceptíveis que a única disciplina restante, que se aproxima do latim, é História da Língua Portuguesa. As demais (obrigatórias e optativas), tanto latinas, quanto gregas, foram retiradas do currículo de Letras (UFPB/ *campus* I) em 2019. Desde então, as turmas estão se formando com um programa curricular em que não consta Língua Latina. Em nosso entendimento, é inegável a importância de uma matéria como essa, que atesta a fundamental representação da língua do Lácio na construção do idioma nacional brasileiro. E, se, recentemente, as cátedras latinistas e afins passaram a figurar quase todas como optativas, no *campus* I dessa instituição, resta-nos ficarmos atentos, para que essa não seja no futuro uma realidade no curso de Letras (Língua Portuguesa), do *campus* IV.

Tratamos aqui de algo delicado, que precisa ser levado em consideração, pois acreditamos que pode não ser algo isolado, mas parte de uma conjuntura complexa e, até mesmo, de um projeto político-educacional. Além disso, há muito que verificar também nas estruturas curriculares das faculdades privadas do estado e de outras públicas, como a Universidade Estadual da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande, locais em que há o curso de Letras, com Habilitação em Língua Portuguesa. Por questão de delimitação, impossível seria para nós abarcar esses espaços, mas estamos certos de que eles têm muito a nos dizer.

Apenas a título de ilustração, ao analisarmos a matriz curricular do curso de Letras de duas faculdades privadas da Paraíba, localizadas na capital: a Universidade Paulista – UNIP¹⁶ e a Faculdade Maurício de Nassau¹⁷, notamos que os conteúdos latinistas quase não existem. A UNIP oferece uma única disciplina, que se intitula “Língua e Cultura Latinas”, com apenas 30 horas de carga-horária. Ou seja, muito conteúdo para poucas horas de ensino-aprendizagem, o que deve tornar o ensino dessa disciplina pouco proveitoso para os estudantes, além de trazer grandes dificuldades para o professor. Por sua vez, a Faculdade Maurício de Nassau não disponibiliza absolutamente nenhuma disciplina de latim e afins. Ressaltamos ainda que esses cursos são disponibilizados apenas em Ensino à Distância – EaD em ambas as instituições citadas.

Consideramos que desconhecer a importância da língua latina no Curso de Letras (Habilitação Língua Portuguesa), é desconhecer a origem do nosso idioma, as suas transformações e as suas heranças linguísticas e sociais. Pois uma língua reflete, não apenas uma estrutura gramatical e/ou lexical, mas, acima de tudo, a história viva de um povo, envolta de fatores sociais, artísticos, filosóficos, religiosos, culturais entre outros.

A partir do nosso estudo, percebemos que a língua do Lácio continua viva e resistente no curso de Letras da UFPB, especialmente no *campus* IV, porém é preciso que ela seja mais valorizada, aumentando a demanda de disciplinas obrigatórias no currículo e/ou suas cargas-horárias. Isso se faz necessário, para que o profissional em Letras (Habilitação Língua Portuguesa) tenha uma formação qualificada, consistente, a partir do conhecimento da cultura e da tradição latina.

¹⁶ Currículo do curso de Letras (Português e Inglês) da UNIP, disponível em: https://www.unip.br/cursos/graduacao/tradicionais/letras_licenciatura_portugues_ingles.aspx. Acesso em 16/10/2021.

¹⁷ Estrutura curricular de Letras (Português) da UNINASSAU: <https://graduacao.uninassau.digital/nossos-cursos/segunda-licenciatura-em-letras--portugues/619/60>. Acesso em 16/10/2021.

Além do mais, o nosso trabalho revela que, pensar na matriz curricular do curso de Letras, no Ensino Superior, mesmo que seja em Línguas Modernas, é pensar no arcabouço e na preparação que terá um futuro professor, em sala de aula. E, conseqüentemente, é pensar também na preparação de um jovem aluno do Ensino Básico e em sua formação linguística, histórica, social e cultural, que depende, em grande parte, do que lhe será transmitido pelo docente. Este, se não compreende, minimamente, as gêneses do que leciona, não poderá exigir que o seu alunado esteja disposto a aceitar constantes exceções gramaticais, quando, na verdade, muitas delas, não são exceções, e sim, resquícios latinos e fontes de sua historicidade.

Sem falar em tantas referências sociais, artísticas e culturais, que estão imersas em várias produções, mas que muitos não se dão conta de sua intertextualidade latina. Desse modo, nossa pesquisa atenta para essas questões, e alerta-nos sobre a necessidade emergente de refletirmos cuidadosamente cada uma dessas modificações verificadas, nas estruturas curriculares, já que as suas conseqüências podem ser graves, se apenas testemunharmos passivamente cada uma delas.

Conclusão

Consideramos que a língua latina permanece viva no nosso cotidiano, por meio das línguas neolatinas e de sua cultura no geral. Ela é de extrema importância, não apenas para uma melhor compreensão do português, mas como fonte de saberes variados. Então, estudar latim possibilita-nos o nosso (re)conhecimento, enquanto sujeitos dinâmicos, circunscritos em determinada época, porém conectados a contextos socioculturais longínquos, frutos de um processamento histórico que nos originou.

Através de três topicalizações, discutimos sobre a posição do latim nos cursos de Letras, com Habilitação em Língua Portuguesa, mais especificamente da Universidade Federal da Paraíba. No primeiro tópico, vimos o percurso do latim, desde a sua origem, até a sua disseminação. No segundo, abordamos a educação jesuítica, os materiais didáticos e as leis, principalmente a LDB (1961/1996), enquanto componentes de uma conjuntura ampla e relevante para compreensão dos percursos do ensino latinista no Brasil. No terceiro tópico, analisamos as matrizes curriculares do curso de Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, da Universidade Federal da Paraíba, nos *Campi* I e IV. Observamos as suas estruturas e percebemos algumas mudanças, a cada alteração curricular, chegando, até mesmo, a extinção de Língua Latina.



ISSN: 1981-0601
V. 14, N. Especial (2021)



Recebido em: 30.06.2021 Aprovado em: 25.07.2021 Publicado em: 31.12.2021
DOI: 10.18554/it.v14iEspecial.5641

RECK, M. R. D. **O ensino do latim no brasil:** objetivos, métodos e tradição. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/94996/000916477.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10/06/2021.

SANTOS SOBRINHO, J. A. **Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil:** o tempo da conservação e o tempo da produção: discursos, práticas, representações e proposta metodológica. 2013. 313 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17088>> Acesso em: 10/06/2021.

Tabela 1. Disponível em: <<https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/825>> Acesso em: 10/10/2020.

Tabela 2. Disponível em: <<https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/958>> Acesso em: 10/10/2020.

Tabela 3. Disponível em: <<https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/957>> Acesso em: 10/10/2020.

Tabela 4. Disponível em: <<https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>> Acesso em: 10/10/2020.

Tabela 5. Disponível em: <<https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>> Acesso em: 10/10/2020.

Tabela 6. Disponível em: <<https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>> Acesso em: 10/10/2020.

Tabela 7. Disponível em: <<https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/12466433>> Acesso em: 10/10/2020.

Tabela 8. Disponível em: <<https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/12466731>> Acesso em: 10/10/2020.

TUFFANI, E. Os estudos latinos no Brasil. **Classica:** Revista Brasileira de Estudos Clássicos. São Paulo, v. 13/14, n. 13/14, p. 393-402, 2000/2001.

VIARO, M. E. A importância do Latim na atualidade. **Revista de ciências humanas e sociais**, São Paulo, Unisa, v. 1, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.unilago.com.br/download/arquivos/20996/artigo_Mario_Viaro.pdf> Acesso em: 11/06/2021.